

Em comemoração dos 65 anos de Brasília, do Correio Braziliense e do Instituto Histórico e Geográfico do DF, pesquisadores detalham fatos marcantes da história brasileira até chegar à inauguração da cidade

SEM MONARQUIA E ESCRAVOS, A REPÚBLICA QUER A *nova capital*

» JORGE HENRIQUE CARTAXO
» LENORA BARBO
ESPECIAL PARA O CORREIO

"Por ora, a cor do governo é puramente militar, e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam seriamente estar vendo uma parada!" O trecho do, hoje histórico, artigo do jornalista Aristides Lobo, publicado no *Diário Popular*, no dia 18 de novembro de 1889, resume bem o golpe militar do dia 15 de novembro daquele mesmo ano que acabou com a monarquia, instituiu a República e exilou dom Pedro II e a família real.

A participação popular nos grandes e marcantes eventos do século 19 na Europa, sobretudo em Paris, e que, de algum modo, inspiraram movimentos e conceitos políticos no Brasil, não se verificou em 15 de novembro de 1889. A *Marselhesa*, por exemplo, hino revolucionário francês, era adotado em inúmeros movimentos republicanos brasileiros. Mas no Brasil, na sua grande "cena moderna", a instituição da República federativa, deuse sem cidadãos ou cidadania. A *Marselhesa* — o hino que os revolucionários entoaram na sua marcha de Marselha para Paris em algum momento da Revolução de 1789/99 — permaneceu silente nos salões dos africanos de então!

No dia 10 de novembro de 1889, Rui Barbosa, Benjamin Constant e o jurista e jornalista Aristides Lobo, foram à casa do marechal Deodoro da Fonseca — então monarquista e amigo de dom Pedro II — convidá-lo e convencê-lo a juntar-se ao movimento para derrubar o presidente do Conselho de Ministro do Império, Visconde de Ouro Preto — o jurista e advogado Afonso Celso de Assis Figueiredo. No dia 15, Deodoro lidera a quartelada, invade o Ministério da Guerra e prende o Visconde de Ouro Preto. Sem violência ou bravatas, Deodoro não se esquece a fidalguia que deve dispensar ao Visconde ao apeá-lo do poder e decretar a sua "prisão" levando-o para o quartel general no Campo de Santana. Ouro Preto até tentou reagir ao golpe, mas não foi obedecido pelos seus generais! Em Petrópolis, dom Pedro II recebe as primeiras notícias das movimentações no Rio, às 5h30 da manhã. Não considerou a gravidade dos acontecimentos, e só pegou o trem especial para o Rio às 11h. Às 14h, já no Paço Imperial — hoje Praça 15 — dom Pedro II recebeu a visita de Ouro Preto — agora liberado — e convocou Deodoro ao Palácio, sem sucesso.

Às 18 horas, do dia 15, o abolicionista, jornalista, republicano, vereador, filho de uma escrava com um padre, José do Patrocínio proclamou a República perante um grupo reunido na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, quando desfraldou o pavilhão republicano e, "em nome do povo", declarou extinta a monarquia. Em casa, enfermo, no leito, sob a guarda rigorosa da sua esposa, dona Marianinha, Deodoro só receberia, naquela noite do dia 15, o líder republicano e positivista, Benjamim Constant que pressionou o Marechal para assinar o primeiro Decreto que, entre outros, proclamava a República; transformava as províncias do país, reunidas pelos laços de federação, em Estados Unidos do Brasil; e que a cidade do Rio de Janeiro seria a sede, provisória, do poder federal. Estabelecia-se, pela primeira vez, de forma legal, a transferência da capital.

Pelo menos três cenários enfraqueceram o Império: a Guerra do Paraguai (1864/1870), a fragilidade da saúde do imperador que se tornou evidente, pelo menos desde 1886; e a abolição dos escravos, em 1888. Soma-se a esses fatos o halo político e ideológico que passava a inspirar os filhos das elites rurais, dos banqueiros, dos exportadores e



escravidão do ponto de vista econômico, político, moral, ético e religioso era insustentável. O acordo tácito que dom Pedro II, de certo modo havia feito com os cafeicultores há algumas décadas, aceitando uma lenta e gradual abolição, já não tinha mais lugar. Até mesmo o papa Leão 13, na encíclica *In Plurimam* de 1888, dirigida aos bispos do Brasil, pediu-lhes apoio para o Imperador e a sua filha, dona Isabel, naquele embate definitivo contra a escravidão no Brasil.

O impacto da abolição sobre a economia não foi exatamente tão expressivo como brandiam os cafeicultores, ainda que tenha tido os seus significados. Portanto, o que a barulhenta bancada dos escravocratas, na Câmara e no Senado, queria, na verdade, era uma vultosa indenização por terem "perdido" seus escravos, suas propriedades humanas! Passados os dias efusivos de celebrações, o idílio da princesa Isabel com a "nação" começaria a se dissipar. Além da Guarda Negra, um pequeno "exército" de ex-escravos organizado por José do Patrocínio para defender e proteger a família real, o Império passou a sentir a sua solidão, a se desintegrar numa velocidade incomum.

Como já verificado na dissolução da Constituinte de 1824 — com a demissão, a prisão e exílio de José Bonifácio — republicanos, militares e escravocratas se uniram, dessa vez, contra dom Pedro

II e a princesa Isabel. O mal e o monstruoso se uniam ao bem, para impedir o avanço e a prevalência da virtude necessária, começando a consolidar e instituir uma característica que se tornou comum na vida pública e política brasileira. Em poucos meses, republicanos, generais positivistas e os escravocratas estavam unidos contra o Império e pelejando pelas virtudes de uma república federativa e constitucional.

A Guerra do Paraguai (1864/1870), contribuiu para parte da desordem financeira dos últimos anos da monarquia, desnudou um conflito entre os militares brasileiros e as autoridades do governo imperial. Encerrados os combates, o governo imperial tratou de desmobilizar e fragmentar as unidades militares. A proposta do visconde de Paranaguá, tornando obrigatório a contribuição do montepio, a previdência da época, também incomodou a caserna. Em 1884, talvez o primeiro gesto político impactante da corporação militar, Sena Madureira, comandante da Escola de Tiro de Campo Grande, no Rio de Janeiro, permitiu que os alunos recebessem e festejassem o jangadeiro e abolicionista cearense, Francisco José do Nascimento — o Dragão do Mar —, que liderou o bloqueio ao embarque de escravos no litoral de Fortaleza. As punições ao chefe militar resultaram numa ampla mobilização nos quartéis pelo direito de manifestação e opinião política. Em poucos meses, do Piauí ao Rio Grande do Sul, militares se manifestaram e desafiaram as autoridades do Império.

Comandante no Rio de Janeiro, Deodoro da Fonseca, ex-combatente no Paraguai, mantinha-se ao lado dos oficiais apoiando suas reivindicações. Já majoritariamente abolicionista, o Exército se tornava também republicano. Em 1887, com o apoio do seu irmão, o general Severiano da Fonseca, Deodoro funda o Clube Militar. Como seu primeiro presidente, encaminha à princesa Isabel uma carta solicitando que os soldados não fossem mais empregados na captura de escravos em fuga. Não por acaso, naquele 15 de novembro, foram convidar Deodoro para liderar um golpe contra a monarquia, instituindo a República. A República que desde o seu primeiro ato defendeu a transferência da capital — resgatando as reflexões de Hipólito da Costa, José Bonifácio e Adolfo Varnhagen — manteve a mesma determinação em todas as Constituições democráticas brasileiras.

"O impacto da abolição sobre a economia não foi exatamente tão expressivo como brandiam os cafeicultores, ainda que tenha tido os seus significados. Portanto, o que a barulhenta bancada dos escravocratas, na Câmara e no Senado, queria, na verdade, era uma vultosa indenização por terem "perdido" seus escravos, suas propriedades humanas"

de alguns líderes urbanos que emanava do espírito americano da época. O paradigma já não era Voltaire e Rousseau, mas antes Thomas Jefferson e Alexander Hamilton. Com o fim da Guerra da Secessão, em 1865, e a abolição da escravidão, iniciava-se uma notável expansão da economia dos EUA, com uma elite moderna e a ascensão de uma classe média urbana pujante, consolidando seu modelo republicano e federativo. Na sessão de abertura do Parlamento, no dia 3 de maio de 1888, a princesa Isabel, exercendo a Regência — dom Pedro II encontrava-se na Europa em tratamento de saúde — faz um discurso defendendo o fim da escravatura.

Em seguida, no dia 8, o então ministro da Agricultura, Rodrigo Augusto da Silva, encaminha aos deputados e senadores o projeto da abolição. No dia 10 do mesmo mês, o texto é aprovado na Câmara dos Deputados. No dia 13 de maio, os senadores fazem o mesmo. Naquele mesmo domingo, uma delegação de senadores se dirigiu ao Paço da Cidade, onde a princesa Isabel, com uma pena de ouro, assinaria o *Livros das Leis* com a recém-aprovada Lei Áurea. "Precisamos de escravos. A senhora acabou de redimir uma raça e perder o trono", teria dito o senador João Maurício de Wanderley — o Barão de Cotegipe —, líder da bancada escravocrata no Parlamento, dirigindo-se à princesa Isabel. A



Jorge Henrique Cartaxo é jornalista e diretor de Relações Institucionais do IHGDF

Lenora Barbo é arquiteta e diretora do Centro de Documentação do IHGDF